

O JORNALISMO CEARENSE NAS DÉCADAS DE 1920 E 1930: AS RELAÇÕES ENTRE “INFORMATIVO” E “OPINATIVO”¹

Benedita Sipriano

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE (Universidade Estadual do Ceará), na linha de pesquisa Estudos Críticos da Linguagem. Mestre em Linguística Aplicada (UECE). Especialista em Ensino de Língua Portuguesa (UECE). Graduada em Letras - Português/ Literatura (UECE) e em Comunicação Social - Jornalismo - UFC (Universidade Federal do Ceará). Analista Legislativo (Revisor de Texto) da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Professora de Língua Portuguesa da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza.

¹ Este trabalho apresenta parte da discussão desenvolvida na minha dissertação de mestrado, intitulada: “Vozes sociais e produção de sentidos: a representação do beato José Lourenço e do movimento Caldeirão na cobertura do jornal *O Povo* (1934-1938)” (SIPRIANO, 2014).

O JORNALISMO CEARENSE NAS DÉCADAS DE 1920 E 1930: AS RELAÇÕES ENTRE “INFORMATIVO” E “OPINATIVO”**JOURNALISM FROM CEARA IN THE 1920s AND 1930s: THE RELATIONS BETWEEN "INFORMATIVE" AND "OPINIONATIVE"**

Benedita Sipriano

RESUMO

Os princípios de “objetividade” e “imparcialidade” no jornalismo são construções históricas atreladas à adequação da linguagem jornalística a novos padrões industriais e às necessidades da sociedade de consumo. Nessa perspectiva, tomando como foco a emergência do jornal *O Povo*, este trabalho apresenta uma discussão sobre o desenvolvimento do jornalismo cearense nas décadas de 1920 e 1930, analisando as relações entre os paradigmas “opinativo” e “informativo” na atividade jornalística. Vale destacar que, no contexto do jornalismo cearense dessa época, as fronteiras entre “informação” e “opinião” ainda eram muito tênues, entretanto predominava o paradigma “opinativo”, tendo em vista que a atividade jornalística possuía, sobretudo, um caráter político-partidário e ainda não estavam consolidados os padrões de produção do emergente jornalismo informativo.

PALAVRAS-CHAVE:

Jornalismo cearense; Objetividade jornalística; Jornal O Povo.

ABSTRACT

The principles of "objectivity" and "impartiality" in journalism are historic constructions linked to the adequacy of the journalistic language, to new industry standards and the needs of the consumer society. In this perspective, focusing on the arising of *O Povo* newspaper, this work presents a discussion on the development of Ceará's journalistic activity in the 1920s and 1930s. The intention is to analyze the journalistic relations between the paradigms "opinionative" and "informative". It is worth noting that, at that context, the journalism draw faint lines between the paradigms of "information" and "opinion" . but the predominant paradigm was, however, the "opinionative". This is due since the journalistic activity had,above all, a political-partisan and the production standards of the emerging informative journalism were still not consolidated.

KEYWORDS:

Ceará's journalism; Journalistic objectivity; *O Povo* newspaper.

SOBRE AS ORIGENS DA ATIVIDADE JORNALÍSTICA NO BRASIL E A CONSTRUÇÃO DO PRINCÍPIO DE “OBJETIVIDADE” NO JORNALISMO.

O jornalismo é uma atividade de linguagem, portanto deve ser compreendido a partir de sua historicidade, de sua efetivação nas mais diversas situações concretas de interação (Bakhtin/ Volochínov, 1990). A configuração do jornalismo como prática social relativamente consistente está ligada à formação do mundo moderno, no final do século XVII (RÜDIGER, 2003). As primeiras publicações da imprensa brasileira, porém, surgiram apenas em 1808, com a vinda da família real portuguesa para a Colônia. Até essa data, a Metrópole proibira a imprensa no Brasil.

Somente com a criação da Imprensa Régia, órgão oficial de publicação do governo, foi possível o lançamento, em setembro de 1808, da *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal produzido e publicado em terras brasileiras. Alguns meses antes da impressão da *Gazeta do Rio de Janeiro*, Hipólito José da Costa lançara, em Londres, o *Correio Braziliense*. A publicação mensal era enviada de forma clandestina ao Brasil e circulou até 1822. Conforme Oliveira (2011), “com a criação da tipografia oficial, começam a ser produzidos não apenas a *Gazeta* e a documentação governamental, mas também outras obras populares como folhinhas, almanaques e textos literários e de cunho científico” (OLIVEIRA, 2011, p. 132).

Nos primeiros anos da imprensa no Brasil, não houve uma atividade jornalística periódica, pois proliferaram os *pasquins*, publicações sem periodicidade definida, geralmente, anônimas, nas quais predominavam, muitas vezes, o insulto e o deboche. Conforme Sodré:

O ambiente do país, na época em que surgiram e se multiplicaram os pasquins, explica, de forma nítida, a fisionomia áspera assumida pela pequena imprensa, comprovando que suas características derivavam diretamente das condições do meio. [...] Eram vozes desconexas e desarmoniosas, bradando em altos termos e combatendo desatinadamente pelo poder que lhes assegurasse condições de existência compatíveis ou com a tradição ou com a necessidade. Não encontrando a linguagem precisa, o caminho certo, a norma política adequada aos seus anseios, e a forma e a organização necessárias, derivavam para a vala da injúria, da difamação, do insulto repetido (SODRÉ, 1999, p.155,157).

Rüdiger (2003) destaca que, após 1850, houve um declínio na presença dos *pasquins* e o início de uma atividade jornalística propriamente dita, com a predominância do jornalismo político-partidário, que desenvolveu a concepção de que “o papel dos jornais é essencialmente opinativo, visa veicular organizadamente a doutrina e a opinião dos partidos na sociedade civil” (RÜDIGER, 2003, p. 37). Segundo esse autor, essa tendência predominou

até a década de 1930, quando se consolidou a hegemonia da grande imprensa, com os conceitos de jornalismo informativo e indústria cultural².

Conforme Schudson (2010), a mudança do paradigma opinativo para o informativo no jornalismo teve início no final do século XIX, nos Estados Unidos, e está ligada a fatores como o advento do jornalismo empresarial, o processo de urbanização e industrialização, a profissionalização da atividade jornalística e a criação de uma série de procedimentos e parâmetros de conduta técnica no exercício do jornalismo, entre eles a busca pela objetividade. Tuchman (2005) destaca que essa busca pela objetividade pode ser considerada um “ritual estratégico” utilizado pelos jornalistas para afirmar a legitimidade de sua prática profissional. A estrutura padrão do gênero notícia foi criada nos EUA, por volta de 1840, e surgiu no contexto dessa mudança de paradigmas, atrelada à modernização da imprensa, à criação das agências de notícias e ao advento de tecnologias, como o telégrafo.

De acordo com Lage (2001), as empresas jornalísticas emergentes criaram determinados procedimentos e uma linguagem adequada aos novos padrões industriais e às necessidades da sociedade de consumo. Nesse sentido, valores como “concisão”, “impessoalidade” e “objetividade” foram se consolidando no campo do jornalismo ao longo da primeira metade do século XX. Entretanto, conforme advertem Luca e Martins (2012), somente nos anos 1950, a imprensa brasileira encontrou as condições sociais, políticas, econômicas e culturais necessárias para se desenvolver como uma imprensa de massa e o jornalismo conseguiu se estabelecer como campo autônomo.

Assim, valores como “objetividade” e “imparcialidade” são construções históricas que emergiram no processo de desenvolvimento da atividade jornalística como prática profissional. Conforme destaca Barbosa (2007):

As bases para a construção do ideal de objetividade do jornalismo, que seriam aprofundadas com as reformas porque passariam os jornais cinquenta anos mais tarde, estão lançadas na virada do século XIX para o XX. A rigor, o mito da objetividade deve ser percebido na longa duração, como um simbolismo construído pelas próprias empresas jornalísticas e pelos jornalistas para assim cunhar uma distinção [...], um lugar de fala (BARBOSA, 2007, p. 40).

² Nilson Lage (2001) considera que “a história do jornalismo brasileiro pode ser dividida em quatro períodos distintos: o de atividade sobretudo panfletária e polêmica, que corresponde ao Primeiro Reinado e às regências; o de atividade predominantemente literária e mundana, que corresponde ao Segundo Reinado; o de formação empresarial, na República Velha; e a fase mais recente, marcada por oposições aparentes do tipo nacionalismo/dependência, populismo/autoritarismo, tanto quanto pelo uso intensivo da comunicação no controle social” (LAGE, 2001, p.20).

No âmbito dessa discussão, Goulart (2002) adverte que o ideal da objetividade se desenvolveu no Brasil como uma estratégia de legitimação da prática profissional jornalística, num contexto em que o jornalismo lutava por uma maior autonomia frente à literatura e à política. Nesse processo, a objetividade

transformou-se em um valor fundamental para o exercício da profissão e para a construção da identidade dos jornalistas. Exigia uma maior disciplina por parte dos repórteres e editores, um maior rigor na apuração dos fatos e na redação dos textos e fortalecia o senso de ética da profissão (GOULART, 2002, p. 291).

Importante destacar que a prática de jornalismo tida como “informativa” tem como um dos princípios a suposta imparcialidade jornalística, segundo a qual o real deve ser descrito de forma isenta e precisa, em busca da “verdade dos fatos”. Porém, longe de ser imparcial, mesmo o jornalismo que se diz “informativo” (em oposição ao “opinativo”), é marcado pelos embates dos mais diversos grupos sociais. A objetividade, portanto, pode ser compreendida como um efeito de sentido, construído a partir de determinados recursos discursivos. Conforme Benites (2002, p.12)

Sendo a subjetividade uma característica inerente a toda atividade de linguagem, pode-se afirmar que não existem textos objetivos, mas recursos discursivos que constroem, tanto o efeito de objetividade como o de subjetividade. Cabe ao leitor, depreender a subjetividade e a ideologia presentes no texto, a partir do reconhecimento do conjunto de opções estilísticas utilizadas pelo locutor e da própria organização do material verbal.

Com relação ao desenvolvimento do jornalismo no Nordeste, Sodré (1999, p.324) destaca que, no início do século XX, a atividade jornalística estava em transição de uma fase artesanal para uma fase industrial “são raros os jornais de província com estrutura de empresa [...], a matéria principal deles é também a política, e a luta política assume, neles, aspectos pessoais terríveis, que desembocam, quase sempre, na injúria mais vulgar” (SODRÉ, 1999, p. 324).

Nesse sentido, é importante enfatizar as especificidades do jornalismo produzido nas décadas de 1920 e 1930. No contexto do jornalismo cearense dessa época, ainda não estavam totalmente configuradas as características dos gêneros jornalísticos (por exemplo, notícia e reportagem, em geral, eram tomadas como equivalentes) e as fronteiras entre “informação” e “opinião” ainda eram muito tênues.

O JORNALISMO CEARENSE NAS DÉCADAS DE 1920 E 1930

Nas décadas de 1920 e 1930, os jornais eram o principal meio de informação em Fortaleza. A emissora de rádio considerada pioneira, a Ceará Rádio Clube (PRE-9), foi inaugurada em 1934, mas o rádio só se popularizou no estado a partir da década de 1940³.

Nas primeiras décadas do século XX, Fortaleza passava por um processo de modernização e urbanização que contrastava com as precárias condições de vida das camadas populares da capital e do interior. Em 1920, o Ceará possuía uma população de cerca de 1 milhão e meio de habitantes e, em 1940, pouco mais de 2 milhões. A capital possuía em torno de 80 mil habitantes, em 1920; número que passou de 180 mil, em 1940. No recenseamento realizado neste ano, mais de 50% da população de Fortaleza declarou saber ler e escrever, entretanto, em todo o estado, aproximadamente 80% da população era analfabeta.⁴

Nesse contexto, apesar dos altos índices de analfabetismo, os jornais alcançavam um público significativo - em especial a classe média e a intelectualidade - e exerciam um papel importante nos embates políticos da sociedade. A respeito das práticas de leitura dos jornais no início do século XX, Barbosa (2007) destaca:

O jornal é lido nos bondes, nos trens, no horário do almoço, nas idas e vindas de casa para o trabalho e vice-versa. É lido ao ar livre, nas ruas, preso nos muros e postes. Essa leitura de pé, ao lado de outros leitores induz ao comentário. [...] Ao ler ou tomar conhecimento do fato - por um outro que comenta o inusitado da trama, transformando-o num leitor de segunda natureza - produz uma interpretação que é transmitida sob a forma de comentário. O jornal, nesta prática de leitura singular, de certa forma, intima o leitor à ação. Por outro lado, a leitura realizada através de uma apropriação coletiva se presta aos rituais de sociabilidade, a partir de um texto que é decifrado em comum (BARBOSA, 2007, p. 62).

Sobre esse aspecto da leitura compartilhada e do alcance dos textos veiculados na imprensa, Rachel de Queiroz (1989) relata que as crônicas diárias escritas por Demócrito Rocha no jornal *O Povo* (intituladas *Nota do Dia*), publicadas nos primeiros anos de circulação do periódico, “eram lidas avidamente pela cidade inteira, comentadas, repetidas, glosadas. [...] Lembro-me de meu pai, quase toda tarde, a ler para a gente, na varanda do casarão do Pici, a NOTA de DEMÓCRITO. Era um só jornal e, como todos queriam ler ao mesmo tempo, o problema se resolvia com a leitura feita pelo mais velho” (QUEIROZ, 1989, p. 8).

³ Em 1941, a Ceará Rádio Clube passou a ser transmitida em ondas curtas, tecnologia que possibilitou um maior alcance de público e a popularização do rádio cearense. Em 1944, a Ceará Rádio Clube foi incorporada aos Diários Associados, de Assis Chateaubriand. Conforme Rodrigues e Silva (2009).

⁴ Conforme dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1994, 2007).

No que diz respeito ao desenvolvimento da leitura no Brasil, Márcia Abreu (2003) destaca que, ainda no Período Colonial, apesar das restrições impostas pela Metrópole à produção e circulação de impressos, houve a formação de uma cultura letrada, muitas vezes, por vias informais, como a audição de leituras, prática de sociabilidade que permitia a um maior público o acesso ao mundo das letras.

Se a proibição da produção de impressos na Colônia retardou o desenvolvimento da imprensa brasileira, no Ceará não foi diferente: o primeiro jornal impresso de que se tem registro na província é o *Diário do Governo do Ceará*, publicado no ano de 1824. Assim, a história do jornalismo cearense tem como referência inicial a publicação desse periódico, editado pelo Padre Gonçalo Inácio de Loiola Albuquerque e Melo, o Padre Mororó, no contexto histórico do movimento da Confederação do Equador⁵.

Do *Diário do Governo do Ceará* foram encontradas 19 edições, impressas na Tipografia Nacional (do Ceará), publicadas entre os meses de abril e novembro de 1824 (BRITO, 2006). Surgiu como periódico oficial ligado à Junta Provisória que governava o Ceará no período pós-Independência do Brasil, mas logo se tornou porta-voz dos ideais revolucionários da Confederação do Equador. As páginas do periódico registram, em especial por meio da publicação de ofícios, proclamações, avisos e correspondências, um pouco da articulação e do desenrolar dos acontecimentos referentes a esse movimento republicano no Ceará.

Acerca do percurso da história do jornalismo cearense, Nobre (1974) destaca que, no Segundo Império, ganhou força o jornalismo partidário que, nesse período, teve como grandes nomes os jornais: *Pedro II* (1840-1889), do Partido Conservador; e *Cearense* (1846-1891), do Partido Liberal, os quais tiveram decisiva participação nos embates políticos da época.

Conforme Geraldo Nobre (1974, p.128), no começo do século XX, o jornalismo cearense “ainda traz a notícia como um complemento do debate político, que se expressa tanto na assembleia, como nas folhas, denominação mais apropriada, para os jornais de então, com suas quatro páginas, das quais as duas últimas geralmente tomadas por anúncios”. Assim, durante muito tempo, os jornais estiveram intimamente atrelados a partidos políticos ou a grupos de opinião e deram “pouca atenção ao caráter noticioso ou mesmo comercial da imprensa” (NOBRE, 1974, p. 16). Geraldo Nobre (1974) enfatiza, ainda, que uma linha mais

⁵ Sobre a Confederação do Equador, ver Araújo (1994).

informativa no jornalismo cearense teve início com a publicação do *Correio do Ceará*, em 1915⁶, e a iniciativa de trazer edições maiores, de 8 a 16 páginas, coube ao jornal *O Ceará*, que circulou de 1925 a 1930.

Com relação à linguagem jornalística, Adísia Sá (2006) comenta que, até a década 1940, no Ceará, não havia normas de estilo ou uma padronização definida na elaboração dos textos. As técnicas e os padrões de estilo surgiram por influência do jornalismo norte-americano, pela emergência da profissionalização da atividade jornalística e a consequente criação das escolas de jornalismo; no caso do Ceará, surgida na década de 1960. Sobre a questão do caráter informativo da imprensa, Sá (2006) destaca que foi com a Segunda Guerra que o jornal passou a ser noticioso “na acepção da palavra. Tinha notícia, porque vinha de fora a notícia. Então começamos a ter as agências de notícias” (SÁ, 2006, p. 19).

No que diz respeito aos aspectos gráficos e à distribuição das matérias, os jornais cearenses, nas décadas de 1920 e 1930, não tinham ainda um trabalho de diagramação propriamente e nem a divisão por editorias ou seções. Assim, assuntos os mais diversos poderiam ser encontrados, lado a lado, na mesma página, como o noticiário internacional, ao lado de um incipiente colunismo social e de uma diversidade de anúncios (sobretudo de medicamentos).

Conforme Adísia Sá (2006), apenas com a publicação de *O Jornal*, em 1958, é que o jornalismo cearense passou por uma revolução em termos de diagramação, *layout*, e também em termos de profissionalismo. Outro aspecto importante em relação a *O Jornal* era sua divisão em “editorias ou departamentos autônomos em que cada profissional era responsável por uma série de atividades previamente definidas, o que ressalta seu caráter empresarial” (NÉRI, 1990 p. 48).

Nesse sentido, cabe destacar que no jornalismo cearense, nas primeiras décadas do século XX, predominava o paradigma opinativo, tendo em vista que a produção jornalística estava fortemente vinculada a grupos político-partidários. A respeito do caráter informativo do jornalismo, Girão (2006) destaca que, ainda nos anos 1940, a atividade jornalística cearense não tinha um caráter noticioso, havia “uma preocupação mais de opinar; o jornal era opinativo sobre política principalmente [...], os jornais da imprensa de 40 eram jornais partidários” (GIRÃO, 2006, p. 62). Blanchard Girão enfatiza, ainda, que esse tom opinativo da imprensa mudaria com a chegada dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, que

⁶ O *Correio do Ceará* foi criado, em 1915, por Álvaro da Cunha Mendes. Circulou até os anos 1970.

incorporou à sua rede os jornais *Correio do Ceará* e *Unitário*⁷, em 1937 e 1940, respectivamente.

Nos anos 1920, o jornal *O Povo* surgiu no cenário do jornalismo cearense com um discurso modernizador e progressista, tornando-se porta-voz das elites cearenses apoiadoras do movimento de 1930. Nessa conjuntura, a prática jornalística do periódico era pautada, sobretudo, pelos embates políticos em cena na época.

O JORNAL O POVO

Nas décadas de 1920 e 1930, o Brasil fervilhava com a repercussão de acontecimentos políticos que culminaram; primeiro com a derrubada da República Velha, e, mais à frente, com o golpe do Estado Novo. Todos esses conflitos estiveram presentes nas páginas dos jornais⁸.

Manter um jornal não era uma tarefa simples e, na grande imprensa, muitas publicações tiveram duração efêmera⁹. Em 1922, Juarez Távora – um dos articuladores do movimento de 30 no Norte e Nordeste do país – fundou o jornal *A Tribuna*, porta-voz do Movimento Tenentista. Também em 1922, a Diocese de Fortaleza criou seu órgão de divulgação, o jornal *O Nordeste*, que circulou até 1967; de orientação conservadora, foi o porta-voz da Liga Eleitoral Católica (LEC). Neste período, surgiram ainda outros jornais como o *Jornal do Comércio*, fundado em 1924 e fechado em 1930. Em 1927, foi fundado o jornal *Gazeta de Notícias*¹⁰, que, em 1972, foi incorporado ao *O Povo*, tornou-se semanal e depois foi fechado. Em 1936, o jornal *O Estado* surgiu como mais um órgão político; fundado por José Martins Rodrigues, secretário de estado do governo de Menezes Pimentel.

Na década de 1920, para chamar a atenção dos leitores, os principais jornais da capital afixavam suas manchetes nos quiosques da Praça do Ferreira, onde o povo se juntava para ver a chegada de mais um “placar”, que eram “os títulos das matérias pregadas a bom grude em uma tabuleta de madeira. Espécie de vitrine do que continha na edição” (GIRÃO,

⁷ O jornal *Unitário* foi fundado por João Brígido, em 1903, com o objetivo de combater a administração de Nogueira Acioly. Deixou de circular por alguns anos, e, em 1940, foi incorporado aos Diários Associados. Circulou até os anos 1970.

⁸ Vale ressaltar que as reflexões desenvolvidas neste trabalho tomam como foco os jornais publicados na capital cearense. Não incluímos, nesta breve discussão, jornais do interior do estado.

⁹ Sobre o percurso da história do jornalismo cearense até os anos 1970, ver Nobre (1974).

¹⁰ O *Gazeta de Notícias* foi fundado em 1927 por Antônio Drummond.

1978, p.13). Em momentos como esse, propagavam-se as notícias dos jornais para além do público-leitor, a partir dos comentários e conversas sobre os assuntos em pauta. Conforme já destacado, apesar dos altos índices de analfabetismo no Ceará nas primeiras décadas do século XX, havia leitores ávidos pelas informações divulgadas pelos periódicos da época. Era comum a leitura compartilhada, em voz alta, assim o que era publicado nos jornais poderia se propagar para um maior número de pessoas.

No fim dos anos 1920, um novo diário chegou à praça: o jornal *O Povo*, fundado por Demócrito Rocha, em 7 de janeiro de 1928, em plena efervescência do “movimento revolucionário”, que contestava as oligarquias dominantes. O jornal surgiu fazendo forte oposição ao então presidente do Ceará, Moreira da Rocha.

A primeira edição do *O Povo* “se constituía de 16 páginas, com as dimensões de 44 centímetros de altura por 31 de largura, diagramado em seis colunas de 4,5 centímetros” (COSTA, 1988, p. 21). As edições seguintes, na década de 1930, contavam, em sua maioria, com seis páginas. *O Povo* circulava todos os dias, exceto os domingos. Para o lançamento do jornal, seu proprietário realizou uma campanha de assinaturas, que ocorreu inclusive no interior e nos estados vizinhos. Assim, apesar das tiragens pequenas e das dificuldades de transporte da época, *O Povo* era distribuído para esses assinantes. Em janeiro de 1938, *O Povo* destacou, em editorial, que expedia cerca de duas mil assinaturas para o interior, “além das vendas avulsas feitas no percurso da Rede de Viação Cearense”, e que a circulação e tiragem dos jornais de Fortaleza ultrapassavam “as folhas de todas as capitais do Norte, com exceção de Recife e Belém” (*O Povo*, 11/1/1938). A partir de janeiro de 1929, o expediente do jornal *O Povo* apresenta como redator-secretário Paulo Sarasate, que, mais tarde, seria diretor do jornal e ocuparia diversos cargos na política brasileira¹¹.

Durante muitos anos, *O Povo* foi composto em velhas máquinas tipográficas. José Raimundo Costa (2006, p. 270) conta que, em 1941, o jornal fez uma campanha de assinaturas e, assim, pôde comprar maquinário de impressão mais moderno. A impressão em

¹¹ Paulo Sarasate exerceu os cargos de Deputado Estadual (Constituinte) (PSD, 1935-1937), Deputado Federal por quatro mandatos (UDN, 1946-1951/1951-1955/ 1959-1963/1963-1967), Governador do Estado (UDN, 1955-1958) e Senador (ARENA, 1967-1968).. Após a morte de Demócrito Rocha, em 1943, Paulo Sarasate assumiu a direção do jornal *O Povo* até a sua morte, em 1968. Durante esse período, o jornal *O Povo* seguiu uma orientação editorial que estava em consonância com as questões políticas que envolviam a sua diretoria. Assim, no contexto do golpe militar de 1964, “*O Povo* alinhava-se, incondicionalmente, com os postulados autoritários, por conta da ligação de um dos fundadores do jornal, Paulo Sarasate, com Castelo Branco, o primeiro dos militares a governar o país (1964-1968). Tal situação começou a se reverter, paulatina e timidamente, quando Demócrito Dummar assumiu o controle da empresa e sacudiu o mofo acumulado em anos de convivência com o autoritarismo” (CARVALHO, 2006, p. II).

offset só chegaria à redação do *O Povo* na década de 1970. As matérias eram ilustradas com clichês de madeira ou de zinco e, desde o primeiro ano de circulação do jornal, já havia também, de maneira esparsa, a utilização de fotografias.

Nessa época, os jornalistas, em geral, produziam seus textos a mão, “só havia uma máquina de escrever na redação do *Gazeta de Notícias* na década de 1940” (GIRÃO, 2006, p.63). Havia jornais vespertinos e matutinos, entre os matutinos destacavam-se *O Ceará*, *Unitário* e *Gazeta de Notícias*; o jornal *O Povo* nasceu como mais um diário vespertino, ao lado de outros como o *Correio do Ceará* e *O Nordeste*.

No Ceará, em meados da década de 1920, a classe média, a intelectualidade e militares compunham o grupo dos chamados “revolucionários”, que lutavam contra a República Velha, representativa do domínio das tradicionais oligarquias agrárias. O jornal *O Povo* aparece como um dos porta-vozes da reação ao velho regime. É bastante significativo que inicialmente, no logotipo do jornal, a letra “P” formasse a imagem de um chicote, que representaria a luta contra as injustiças, o poder dos coronéis, “o chicote que iria ferir as oligarquias dominantes”.

Com o intuito de ressaltar a ideia do caráter democrático do novo periódico, o nome “O Povo” foi escolhido por meio de um concurso realizado no jornal *O Ceará*, do qual Demócrito Rocha era colaborador, e simboliza que o jornal seria porta-voz da luta democrática. O editorial da primeira edição d’*O Povo*, num tom panfletário, revela quais seriam os propósitos do jornal.

O jornal é do vulgo. É no jornal que o povo encontra seu pão espiritual de cada dia. O jornal descortina-lhe o mundo vencendo distâncias. É a lanterna mágica do progresso. [...]

O Povo necessita de mais gritos que o estimulem, de mais vozes que lhe falem ao sentimento.

Eis porque surgimos. [...]

O POVO é, pois, uma bateria descoberta para os embates francos e leais, na arena da imprensa (*O Povo*, 7 de janeiro de 1928).

Com um discurso em tom liberal, *O Povo* apresenta-se como um opositor das velhas tradições políticas. Um ano antes da criação do jornal, o seu fundador, Demócrito Rocha, envolvido nos movimentos de contestação às oligarquias dominantes, junto com outros membros da classe média urbana cearense; jornalistas, intelectuais, estudantes, organizou o Partido da Mocidade, que se proclamava contra o latifúndio e a favor da

moralização do processo eleitoral. Sua atividade jornalística iniciou-se com a publicação do semanário “Ceará Ilustrado”, em 1924, espécie de “folhetim cultural, pautado por produções literárias, por comentários sobre a política, por matérias sobre o Ceará” (MONTENEGRO, 1989, p. 82). Mais tarde, tornou-se colaborador do jornal *O Ceará*, onde foi redator e diretor literário. Em 1929, fundou o jornal literário *Maracajá*, que, conforme Rachel de Queiroz (1989, p. 8), destinava-se “a pregar o modernismo pelas terras nordestinas, e nele todos nós desferimos voo, convencidos de que fazer modernismo era escrever regionalismo com grande gosto de índios, antas, cocares e mais brasilidade em frases de três palavras”.

Importante destacar que o jornalismo, nessa conjuntura, exercia, sobretudo, um papel de porta-voz dos mais diversos embates políticos. Nesse sentido, valores como “objetividade” e “imparcialidade”, que já eram uma norma profissional, principalmente no jornalismo norte-americano, ainda eram muito incipientes no Brasil e, por conseguinte, na prática jornalística cearense. O principal gênero textual informativo, a notícia (com seu conteúdo temático, estilo e construção composicional), ainda não estava configurado. A utilização do *lead* (relato sintético do acontecimento, logo na introdução da notícia, com a resposta às perguntas: O que aconteceu? Quando? Como? Onde? Por quê?), por exemplo, só se consolidou no Brasil nos anos 1950. Até então, predominava o chamado “nariz de cera”, introduções com longas descrições e digressões relacionadas com a linha editorial do veículo, conforme discutido por Felipe Pena (2010). Com relação à linguagem jornalística, já havia, também, em muitos textos, características próprias do emergente jornalismo informativo, tais como a utilização de depoimentos e fontes e a busca por certo distanciamento em relação à narração dos acontecimentos, entretanto ainda predominava, sobretudo, uma linguagem com tom emotivo e apelativo.

Nessa perspectiva, no âmbito do jornalismo cearense, o jornal *O Povo* torna-se um dos porta-vozes do PSD (Partido Social Democrático), que, de depois da derrubada da República Velha, disputava politicamente com a LEC, Liga Eleitoral Católica – partido ligado à igreja Católica e às tradicionais oligarquias.

Naquele tempo o jornal era político. O *O Povo* nasceu para apoiar a Revolução de 1930. Então, era aqui o Sarasate, o Demócrito fazendo política. Depois, o jornal se engajou politicamente no PSD, que era o antigo Partido Social Democrático, contra a Liga Eleitoral Católica, que era presidida pelo Andrade Furtado, que era do jornal *O Nordeste*, um jornal político. Sarasate foi eleito Deputado Estadual; e o Demócrito Rocha, Deputado Federal. (COSTA, 2006, p. 270).

Vale ressaltar que os grupos opositores à República Velha, que tinham como um dos aliados o jornal *O Povo*, não defendiam propostas de mudanças voltadas para as necessidades dos setores populares, o que pretendiam era “a reordenação do sistema capitalista, se possível, sem a participação dos trabalhadores” (SOUZA, 2007, p.299). Nesse contexto, os jornais que ganharam destaque nos anos 1930 foram aqueles que objetivavam propagar os ideais progressistas, defender o rompimento com o passado, considerado uma expressão de atraso. Esse “projeto modernizador” defendia, em especial, o fim de práticas como o poderio dos coronéis e o banditismo que assolava o interior do Estado. Nesse sentido, a imprensa irradiava esses ideais tidos como modernizadores, defendendo “mudanças de velhos hábitos, de costumes cedícios, de práticas retrógradas que respondiam pelo atraso da República Velha” (MONTENEGRO, 1989, p. 69).

Nesse cenário político, a LEC, que representava as alas mais conservadoras da política cearense, saiu vitoriosa em sucessivos pleitos, inclusive com a eleição, em 1935, de Menezes Pimentel para o Governo do Estado. Desde a chegada de Getúlio Vargas ao poder, foram adotadas uma série de medidas para manter a “ordem pública” e a “coesão nacional”. A pretexto de combater os “inimigos da pátria”, o Governo tomou medidas repressivas, como a promulgação, em 1935, da Lei de Segurança Nacional, que “definia, com severidade, os crimes contra a ordem social e política” (SCHWARTZMAN, 1983, p.104).

No que se refere à mídia e à propaganda, o Governo Vargas passou a dar ênfase à publicidade das ações do Estado, com a criação de órgãos específicos, que buscavam formar uma imagem positiva do governo junto à opinião pública, a exemplo do Departamento Oficial de Propaganda (DOP) e do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural. Essa preocupação do Estado com o controle dos meios de comunicação culminou com o monopólio e censura à mídia de todo o país, por meio da instalação do DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda, em 1939.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, levantamos uma discussão acerca da construção histórica dos conceitos de “objetividade” e “imparcialidade” na prática jornalística, considerando o processo de consolidação do jornalismo como atividade profissional produzida a partir de determinados padrões de mercado. Com esse intuito, discutimos sobre os modos de produção

e circulação do jornalismo cearense nas décadas de 1920 e 1930 e sobre a predominância de um padrão de prática jornalística essencialmente “opinativo”, em detrimento de um padrão mais “informativo”, ainda incipiente no jornalismo brasileiro como um todo. Tomamos como foco para essa discussão a emergência do jornal *O Povo*, que se configurou como um veículo difusor de ideários modernizantes, representantes dos valores de grupos políticos em ascensão no contexto de advento do jornal.

Assim, o jornalismo cearense, nos anos 1920 e 1930, encenava um incipiente processo de transição de uma linha político-partidária para uma linha mais informativa, entretanto o jornalismo ainda não possuía um caráter empresarial (com determinados padrões de produção) e o funcionamento dos periódicos era bastante atrelado ao poder econômico e prestígio político de seus proprietários. Predominava, portanto, o padrão opinativo, político-partidário e não o padrão informativo, que está relacionado, conforme discutido, ao processo de profissionalização da atividade jornalística e à emergência de parâmetros de conduta ética e técnica nessa atividade.

Por fim, destacamos que é de grande relevância, para as pesquisas que utilizam o jornalismo como fonte documental, considerar essas especificidades da produção jornalística, até mesmo para evitar anacronismos, tendo em vista que valores como “objetividade” e “imparcialidade” não surgiram, naturalmente, com o advento da imprensa. Tais valores foram construídos historicamente e, no Brasil, consolidaram-se, sobretudo, na segunda metade do século XX.

JORNAIS

O Povo (7/1/1928); (11/11/1938).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Márcia. **Os caminhos dos livros**. Campinas: Mercado de Letras/ALB; São Paulo: Fapesp, 2003.

ARAÚJO, Maria do Carmo Ribeiro. A Participação do Ceará na Confederação do Equador. In: SOUZA, Simone (org.) **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

BAKHTIN, M. (V.N. Volochínov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: Problemas fundamentais do método sociológico na Ciência da Linguagem. Trad. Michel Lahub e Yara Frateschi Vieira. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa, Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: MAUAD Editora, 2007.

BENITES, S. A. L. **Contando e fazendo a história**: a citação no discurso jornalístico. São Paulo: Arte&Ciência, 2002.

BRITO, Jorge. **Diário do Governo do Ceará**: origens da imprensa e da tipografia cearenses. Edição ilustrada. Fortaleza: Secretaria da Cultura/ Museu do Ceará, 2006.

CARVALHO, Francisco Gilmar Cavalcante de. Trinta e sete anos de posfácio. In: NOBRE, Geraldo. **Introdução à história do jornalismo cearense**: edição fac-similar. Fortaleza: Nudoc/Secretaria de Cultura do Estado do Ceará/Arquivo Público do Ceará, 2006.

COSTA, José Raimundo. **Memórias de um jornal**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1988.

_____. Entrevista concedida a Sebastião Rogério Ponte. In: PONTE, Sebastião Rogério. **História e memória do jornalismo cearense**. Fortaleza: UFC - NUDOC/SECULT, 2006, p.267-281.

GIRÃO, Blanchard. Entrevista concedida a Sebastião Rogério Ponte. In: PONTE, Sebastião Rogério. **História e memória do jornalismo cearense**. Fortaleza: UFC -NUDOC/SECULT, 2006, p.57-81

_____. O Povo 50 ANOS. Fortaleza: Jornal *O Povo*, 7/1/1978.

GOULART, Ana Paula. Memória de Jornalista: um estudo sobre o conceito de objetividade nos relatos dos homens de imprensa dos anos 50. In: **XI Compós – Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. Rio de Janeiro, ECO/UFRJ, em 2002.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas do Século XX**. IBGE, Directoria Geral de Estatística, [187?] / 1930, Recenseamento do Brazil 1872/1920; IBGE, Censo demográfico 1940/2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP>> Acesso em 18 mar. 2016.

_____. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, vol. 54, 1994. Disponível em <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&vcodigo=CD90&t=populacao-presente-residente>> Acesso em 10 jan. 2014.

LAGE, Nilson. **Ideologia e Técnica da Notícia**. Petrópolis: Insular/UFSC, 2001.

LUCA, Tânia Regina de, MARTINS; Ana Luiza. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa, Demócrito Rocha, o jornalista. In: CAMPOS, Moreira; MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **Demócrito Rocha, o poeta e o jornalista**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1989.

NÉRI, Ane Katerine Medina. **O Jornal: possíveis hipóteses de sua criação e desaparecimento** (Monografia). Curso de Comunicação Social, UFC, 1990. 102 p.

NOBRE, Geraldo. **Introdução à História do Jornalismo Cearense**. Fortaleza: GRECEL, 1974.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930). **Revista Historiae**. v. 2, n. 3 - Dossiê História e Imprensa, 2011, p.125-142.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

QUEIROZ, Rachel. Demócrito Rocha (Prefácio). In: CAMPOS, Moreira; MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **Demócrito Rocha, o poeta e o jornalista**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1989.

RODRIGUES, Francisca Íkara Ferreira; SILVA, Herotilde Honório. A popularização do Rádio no Ceará na década de 1940. Fortaleza: **Anais do VII Encontro Nacional de História da Mídia**, 2009. Disponível em < <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. **Tendências do jornalismo**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003.

SÁ, Adísia. Entrevista concedida a Sebastião Rogério Ponte. In: PONTE, Sebastião Rogério. **História e memória do jornalismo cearense**. Fortaleza: UFC -NUDOC/SECULT, 2006, p.13-32.

SCHUDSON, Michael: **Descobrimo a Notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SIPRIANO, Benedita França. **Vozes sociais e produção de sentidos: a representação do beato José Lourenço e do movimento Caldeirão na cobertura do jornal O Povo (1934-1938)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SOUZA, Simone. Da “Revolução de 30” ao Estado Novo. In: SOUZA, Simone (Org.) **Uma**

nova História do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

SWARTZMAN, Simon (Org.). **O Estado Novo, um Auto-retrato.** Brasília: CPCOC/FGV, Editora da Universidade de Brasília, 1983.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo I:** porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.

Artigo recebido em abril de 2016. Aprovado em outubro de 2016.